

O nome e a coisa: o populismo
na política brasileira

Jorge Ferreira

“Não há povo amorfo. Não há massa bruta e indiferente. A massa é formada de homens e a natureza de todos os homens é a mesma: dela é a paixão, a gratidão, a cólera, o instinto de luta e o instinto de defesa.”

Rachel de Queiroz

Herdeiro do “clientelismo” da Primeira República, o “populismo”, após 1930, teria dado continuidade a uma relação desigual entre Estado e sociedade e, em particular, entre Estado e classe trabalhadora. Sobretudo com a ditadura de Getúlio Vargas, os trabalhadores, com a violência policial, teriam perdido suas lideranças mais combativas e, com a eficácia da máquina do DIP, sido iludidos pela propaganda política estatal. Destituídos de tradições de luta, organização e consciência, os trabalhadores, fossem os mais “antigos”, fossem os mais “novos”, aqueles recém-chegados do mundo rural, sucumbiram aos agrados do ditador. Satisfeitos com alguns benefícios materiais, a legislação social em particular, eles, em troca, dedicaram a Vargas submissão e obediência política.

Cooptados, manipulados, iludidos e amedrontados com as perseguições da Polícia Especial, os assalariados, após 1945, não teriam conseguido livrar-se das amarras ideológicas tecidas na época anterior: cerceados em suas lutas pela manutenção da legislação corporativista e a tutela estatal dos sindicatos, traídos com a atuação dos pelegos sindicais e confundidos politicamente com as lideranças populistas, as mais antigas como Vargas, as mais recicladas como Goulart. Os comunistas, igualmente iludidos com o nacionalismo, reforçaram os laços, já apertados, da teia populista.

A história dos trabalhadores, como é contada, não é nova e, independentemente de suas diversas versões, retoma uma longa tradição intelectual. Liberais e autoritários, de direita ou esquerda, diagnosticaram que os males do país provêm de uma relação desigual, destituída de reciprocidade e interlocução: a uma sociedade civil incapaz de auto-organização, “gelatinosa” em algumas leituras, e a uma classe trabalhadora “débil”, impõe-se um Estado que, armado de eficientes mecanismos repressivos e persuasivos, seria capaz de manipular, cooptar e corromper. A interpretação ainda foi reforçada por um certo tipo de marxismo que defendia um modelo de classe trabalhadora, uma determinada consciência que lhe corresponderia e um caminho, único e portanto verdadeiro, a ser seguido. Nesse caso, se a classe não surgiu como se imaginava, se a consciência não se desenvolveu como se previa e se os caminhos trilhados foram outros, a explicação poderia ser encontrada no poder repressivo de Estado, nos mecanismos sutis de manipulação ideológica e, ainda, nas práticas demagógicas dos políticos populistas. A teoria do “desvio”, assim, reforçou a interpretação que polarizava Es-

tado e sociedade. Como lembra José Murilo de Carvalho, a postura antiestatal, maniqueísta em sua definição, inviabiliza qualquer noção de cidadania e, na prática, “acaba por revelar uma atitude paternalista em relação ao povo, ao considerá-lo vítima impotente diante das maquinações do poder do Estado ou de grupos dominantes. Acaba por bestializar o povo”.¹ Culpabilizar o Estado e vitimizar a sociedade, eis alguns dos fundamentos da noção de populismo.

Não são poucos, é verdade, os trabalhos que romperam com esta espécie de relação patológica entre um Estado que surge pleno de poderes e uma sociedade incapaz de reagir e se manifestar.² No entanto, se o populismo, como categoria explicativa da política brasileira entre 1930 e 1964, e como uma maneira de enfocar o movimento operário e sindical, vem, desde a década de 70, sendo posto em dúvida em um ou outro aspecto, em uma ou outra afirmação, o conjunto da teoria ainda continua a dar as cartas para explicar o passado recente do país.

Nas páginas que se seguem, procuro reconstituir a história do populismo. No entanto, é importante frisar, não compreendo a expressão como um fenômeno que tenha regido as relações entre Estado e sociedade durante o período de 1930 a 1964 ou como uma característica peculiar da política brasileira naquela temporalidade, pois sequer creio que o período tenha sido

¹José Murilo de Carvalho. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, pp. 10-11.

²Veja Angela de Castro Gomes. “Política: história, ciência, cultura etc.”. In *Estudos Históricos*, nº 17. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

“populista”, mas, sim, como uma categoria que, ao longo do tempo, foi imaginada, e portanto construída, para explicar essa mesma política.

O POPULISMO DE PRIMEIRA GERAÇÃO

Nos anos 50/60, a teoria da modernização repercutiu nos meios acadêmicos do país com grande impacto, sobretudo para a configuração da noção de populismo. Para Gino Germani,³ o mais conhecido desses teóricos, a inserção da América Latina no mundo moderno não seguiu os padrões clássicos da democracia liberal européia. A passagem de uma sociedade tradicional para uma moderna ocorreu em um rápido processo de urbanização e industrialização, mobilizando, desta maneira, as “massas populares”. Impacientes, elas exigiram participação política e social, atropelando, com suas pressões, os canais institucionais clássicos. A resolução dos problemas ocorreu com golpes militares ou com “revoluções nacionais-populares”, sendo que as últimas, sobretudo seus resultados, foram nomeadas de populismo. Torcuato di Tella,⁴ por sua vez, foi além. A explosão demográfica e as aspirações participativas das “massas populares” forçaram alterações no sistema político. Em certo ponto, de muita tensão, as “massas”, com suas expectativas, se

³Gino Germani. *Política e sociedade em uma época de transição: da sociedade tradicional à sociedade de massas*. São Paulo, Mestre Jou, 1973.

⁴Torcuato di Tella. *Para uma política latino-americana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

aliaram às camadas médias, setores ressentidos por não se tornarem classes dominantes. Assim, diante de um quadro em que as classes fundamentais não deram respostas adequadas exigidas pelo “momento histórico” — as dominantes, por sua inoperância, a operária, por sua inexpressividade —, surgiram líderes oriundos das classes médias prontos para manipularem as “massas”.

Desse modo, no contexto da transição de uma “economia tradicional”, de “participação política restrita”, para uma “economia de mercado”, de “participação ampliada”, a teoria da modernização elegeu um ator coletivo central para o surgimento do populismo na América Latina: os camponeses. Mesmo que eles não sejam nomeados com todas as letras, o eixo fundamental dos argumentos de Germani e di Tella gira em torno da questão do mundo rural, definido como tradicional. O populismo surgiu em um momento de transição dessa sociedade para a moderna, implicando o deslocamento de populações do campo para a cidade — o mundo agrário invadindo o urbano-industrial. Como a mescla de valores tradicionais e modernos, os líderes populistas se projetaram em sociedades que não consolidaram instituições e ideologias autônomas, mas necessariamente seriam substituídos por outras lideranças portadoras de idéias classistas quando o capitalismo alcançasse maturidade na região.

Os críticos de Germani e di Tella, de variadas maneiras, denunciaram a suposta vinculação entre camponeses que vieram para as cidades e líderes populistas. Octavio Ianni, por exemplo, denunciou a imagem, sugerida pelos teóricos da modernização, de docilidade das “massas às manipulações populistas,

demagógicas e carismáticas”.⁵ Por um aspecto, diz Ianni, há o surgimento de populações recém-chegadas do mundo rural que “não dispõem ainda das condições psicossociais, ou horizonte cultural”, para um adequado comportamento urbano e democrático. Por outro, a sociedade carece de instituições políticas sólidas, a exemplo de um sistema partidário. “Daí o sucesso da arregimentação das massas marginais, ou classes populares, pelo populismo.” Trata-se de um descompasso, retrocesso ou desvio de curso no sentido que se queria ideal: o modelo europeu de democracia representativa. “No mundo urbano-industrial”, continua Ianni em sua crítica, “onde imperam as relações de mercado, sobrevivem ou predominam as massas e o líder, cujos vínculos são a demagogia e o carisma.”

Com o tempo, as inconsistências da teoria da modernização foram percebidas e as críticas tornaram-se mais agudas. A distinção entre países “atrasados” e “desenvolvidos”, indicando, segundo Maria Helena Capelato, uma relação de exterioridade entre eles, o mundo capitalista “moderno” como modelo a ser seguido, a perspectiva etapista, progressista, que levaria à consolidação do regime democrático nos países “atrasados” — concepção desmentida pelas ditaduras militares nos anos 60 —, entre outras questões, abalaram a credibilidade do enfoque.⁶

No entanto, mesmo décadas depois, quando as críticas tornaram as idéias de Germani e di Tella desacreditadas, as ima-

⁵Octavio Ianni. *O populismo na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, pp. 25-28.

⁶Maria Helena Rolim Capelato. “Estado Novo: novas histórias”. In Marcos Cezar de Freitas. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, Contexto, 1998, p. 186.

gens de “atraso”, “desvio” e “manipulação” perdurariam. As representações imaginárias, sabemos, são capazes de resistir a críticas, mesmo aquelas formais, eruditas e com base na investigação empírica. Assim, perdurou, ao longo do tempo, a idéia de que, com o processo de urbanização, os indivíduos recém-chegados do mundo rural teriam contaminado os antigos operários com suas idéias tradicionais e individualistas. Sociedade atrasada, camponeses que vieram para as cidades, igualmente um atraso, e, logo, uma política novamente atrasada, eis o ambiente em que teriam proliferado os líderes populistas.

A teoria da modernização foi decisiva para as primeiras formulações sobre o populismo no Brasil. Segundo Angela de Castro Gomes,⁷ em meados da década de 50 um grupo de intelectuais, sob o patrocínio do Ministério da Agricultura, passou a se reunir periodicamente com o objetivo de debater os problemas políticos do país. Como uma vanguarda esclarecida, o Grupo de Itatiaia, como ficou conhecido,⁸ esforçou-se para formular projetos políticos e estabelecer uma nova visão de mundo. Um dos problemas identificados foi o surgimento do “populismo na política brasileira”. Embora se constate ausência de esforços para conceituar o fenômeno nas condições do país, explicava-

⁷Angela de Castro Gomes. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. Nesta coletânea.

⁸Segundo a autora, o grupo fundou, em 1953, o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e começou a publicar os *Cadernos de nosso tempo*. Participaram da revista intelectuais como Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães e Hélio Jaguaribe. O núcleo básico do IBESP, mais adiante, organizaria o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). *Idem*.

se a expressão por variáveis histórico-sociológicas, influenciando, mais tarde, as inúmeras formulações que se seguiram.

Para os intelectuais do Grupo, em primeiro lugar, o populismo era uma política de massas.⁹ Trata-se de um fenômeno vinculado à modernização da sociedade, sobretudo no tocante ao processo de proletarização de trabalhadores que não adquiriram consciência de classe. Interpelados como massa, eles somente se libertariam dos líderes populistas quando alcançassem a verdadeira consciência de seus interesses. Não é difícil, portanto, perceber as influências da teoria da modernização. Mas, em segundo lugar, o populismo igualmente estava associado a uma classe dirigente que perdera a sua representatividade, que carecia de exemplos e valores que orientassem toda a coletividade. Em crise e sem condições de dirigir o Estado, as classes dominantes necessitariam conquistar o apoio político das massas emergentes. Por fim, diante da “inconsistência” das classes fundamentais da sociedade, o terceiro elemento completaria o fenômeno: o líder populista, homem carregado de carisma, com capacidade incomum para mobilizar e empolgar as massas.

Nessa linha de abordagem, em 1961, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, integrante do Grupo de Itatiaia, publicou *A crise do poder no Brasil*. O livro estabeleceria, de maneira mais sistematizada, a imagem do populismo na política brasileira e influenciaria estudos acadêmicos que, naquela época, ainda estavam em curso.

⁹Na análise que se segue, Angela de Castro Gomes explora o ensaio *Que é o ademarismo?*, publicado no primeiro semestre de 1954, sem autor identificado. *Idem*.

Também em uma perspectiva histórico-sociológica, Ramos defende que o estabelecimento do populismo no Brasil ocorreu sobretudo a partir de 1945. Com o fim do Estado Novo, o país conheceu, no plano político, um mínimo de proibidade nas eleições e, no plano econômico, uma industrialização mais consistente. Assim, em uma conjuntura de expansão industrial, urbanização e de participação político-eleitoral, é que se manifestaram as primeiras gerações de assalariados das cidades. Para o autor, o populismo, como uma ideologia pequeno-burguesa, procurou mobilizar politicamente “as massas obreiras nos períodos iniciais da industrialização”.¹⁰ Contudo, os assalariados não apresentavam “aquela mentalidade classista que costuma caracterizar as gerações de trabalhadores providos de longas tradições de lutas”, uma vez que as classes sociais ainda não tinham se configurado, despontando no cenário político do país de “maneira rudimentar”, como um “agregado sincrético”. Em uma palavra, a classe trabalhadora se apresentava como “povo em estado embrionário”. Assim, novamente associando os camponeses ao populismo, os líderes de massa, diz Ramos, encontraram sustentação em “componentes recém-egressos dos campos [que] ainda não dominam o idioma ideológico”. São trabalhadores com escasso “treino partidário” e “tímida consciência de direitos”, o que os “torna incapazes” de exercer influência sobre os políticos populistas.

Recuperando as teorias em voga na época, sobretudo as de Gino Germani, Guerreiro Ramos, a seguir, formula críticas ao

¹⁰Guerreiro Ramos. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1961, p. 56.

trabalhismo brasileiro, classificando, não sem alguma ironia, as suas “doenças infantis”. A primeira é o varguismo. Trata-se, em suas palavras, de um “resíduo emocional baseado em impressões e crenças populares na bondade intrínseca de Vargas”. A segunda é o janguismo, definido como uma forma de seguidismo que se fundamenta no “reconhecimento de amplas camadas populares de que o Sr. João Goulart é o continuador da obra do Presidente Getúlio Vargas”. A terceira, o peleguismo, na verdade um subproduto do varguismo e irmão siamês do janguismo. Para Ramos, o peleguismo impede a formação de um “movimento obreiro na exata expressão da força política que têm já os trabalhadores brasileiros”. Por fim, o expertismo, ou seja, a prática do partido em recorrer a um “doutor, encomendando-lhe uma teoria sob medida”.¹¹ Não é difícil perceber que as “doenças infantis do trabalhismo”, formuladas por Guerreiro Ramos, sobretudo as três primeiras, firmaram-se como imagens fortemente introjetadas na imaginação política das gerações que o sucederam. Ironias que foram tomadas a sério.

Seja como for, os sociólogos do Grupo de Itatiaia, sobretudo Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos em particular, influenciados pela teoria da modernização, foram aqueles que formularam as primeiras reflexões sobre o populismo na política brasileira.

Assim, dando continuidade a uma linha interpretativa que se constituía desde meados dos anos 50, um outro grupo de sociólogos, agora nas universidades, desenvolveu reflexões sobre o papel dos camponeses no processo de formação da classe

¹¹*Idem*, pp. 90-93.

operária e do movimento sindical. Nomeada por Luiz Werneck Vianna de a “interpretação sociológica”, o primeiro desses trabalhos veio ao conhecimento do público em 1964, com Juarez Brandão Lopes.¹² A partir do auxílio de algumas categorias weberianas, Brandão procurou compreender as motivações de operários de uma empresa de porte médio em um momento de trânsito de uma “economia tradicional” para uma “economia de mercado”. A conclusão, segundo Werneck Vianna, foi a determinação estrutural entre a origem social e a consciência de classe. Desse modo, os trabalhadores originários do campo e das pequenas comunidades do interior, quando instalados nas cidades, não se identificariam completamente como operários industriais, tendendo a se comportar de acordo com seus “interesses pessoais”. Não conseguiriam, dessa maneira, explicitar a consciência de sua identidade coletiva devido à falta de experiências cooperativas, próprias do mundo urbano e industrial. Os outros operários, qualificados e mais antigos nas cidades, por sua vez, demonstrariam satisfação com suas profissões, mas, por sua situação vantajosa no mercado de trabalho e pela “falta de tradição industrial”, tornaram-se pouco sensíveis para ações coletivas através do sindicato.¹³

Segundo Luiz Werneck Vianna, os estudos sobre o movimento operário e sindical no Brasil se iniciaram com os trabalhos de Juarez Brandão Lopes e Leôncio Martins Rodrigues,

¹²Juarez Brandão Lopes. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo, Difel, 1964.

¹³Luiz Werneck Vianna. “Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências”. Rio de Janeiro, *Revista Dados, BIB*, 1978, pp. 74-75.

como também com os de Azis Simão e José Albertino Rodrigues.¹⁴ Embora com suas diferenças e especificidades, a “interpretação sociológica” compartilha perspectivas semelhantes em suas análises. Partindo dos “gloriosos anos 10”, com a atuação dos anarquistas, a reflexão procura tornar evidente a transição, completada na década de 30, para um sindicalismo burocrático e acomodado, permitindo o surgimento de uma classe operária que teria perdido sua autonomia, espontaneidade e ímpeto revolucionário. As matrizes teóricas da “interpretação sociológica”, diz Werneck Vianna, provêm da hegemonia do pensamento cepalino nas universidades brasileiras, dos trabalhos de Gino Germani e da leitura de textos de Weber e Marx. Tais concepções foram entendidas como convergentes para explicar a realidade latino-americana.¹⁵ Assim, o enfoque sobre o “comportamento operário”, determinado pela origem da força de trabalho em um contexto de transição de uma “economia tradicional”, de “participação política restrita”, para uma “economia de mercado”, de “participação política ampliada”, teria resultado em uma classe operária que, marcada pelo individualismo, por suas origens rurais, tradicionais e patrimoniais, se tornou passiva e dependente do Estado. O resultado, portanto, foi o surgimento do populismo.

As críticas, na verdade, tardaram a chegar. Para Maria Helena Capelato, um dos elementos constitutivos da noção de

¹⁴Leôncio Martins Rodrigues. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difel, 1966; Azis Simão. *Sindicato e Estado*. São Paulo, Ática, 1981; José Albertino Rodrigues. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difel, 1966.

¹⁵Luiz Werneck Vianna. *Op. cit.*, p. 71.

populismo nesse período é a compreensão dos movimentos sociais como reflexos das variáveis sócio-econômicas. Assim, “explica-se o comportamento político das classes a partir de determinantes estruturais (processo de industrialização, origem rural da classe trabalhadora). A adesão ao populismo é entendida então a partir da estrutura social, sem se levar em conta qualquer elemento de ordem política ou cultural”.¹⁶ O “novo proletariado” da década de 30, muito distante do velho e revolucionário anarquismo dos anos 10, teria surgido, no dizer de Werneck Vianna, com uma “concepção individualista que traz do mundo do tradicionalismo agrário — se tornaria na massa de manobra do populismo (...) assinalando o toque de recolher para o marxismo no movimento operário substituído pelo nacionalismo”.¹⁷

No entrecruzamento da teoria da modernização com uma certa interpretação do marxismo, eis que surgem os camponeses no cenário político, representando o ator coletivo chave para a formulação e disseminação da primeira versão do populismo. Seria na passagem da “sociedade tradicional” para a “moderna” que atuariam os camponeses, seres incapazes de ações coletivas porque imbuídos de uma percepção individualista da sociedade e, exatamente por isso, refratários às mudanças sociais — em particular as revolucionárias.

Portanto, entre meados dos anos 50 e início dos anos 60, algumas imagens sobre os “desvios” da política brasileira e da própria classe trabalhadora, determinados pelo papel dissolvente exercido pelos camponeses que vieram para as cidades, come-

¹⁶Maria Helena Rolim Capelato. *Op. cit.*, pp. 185-186.

¹⁷Luiz Werneck Vianna. *Op. cit.*, p. 78.

çaram a circular em alguns círculos intelectuais no Brasil. Tendo como matriz a teoria da modernização, tais idéias inicialmente foram apropriadas pelos sociólogos do Grupo de Itatiaia e, daí, começaram a ganhar espaços nas universidades. O golpe militar, em 1964, no entanto, veio acelerar o processo, permitindo que a noção de populismo surgisse como fator explicativo para a fraqueza do movimento operário e sindical diante da investida, verdadeiramente fulminante, da direita civil-militar.

Foi nesse contexto político e intelectual que, em meados dos anos 60, veio a público uma série de artigos, reunidos, mais tarde, sob o título de *O populismo na política brasileira*. A coletânea resgatou o conjunto de idéias que, desde a década anterior, vinha afirmando a noção de populismo e, sintetizando-o de maneira original, abriu caminhos para pesquisas e reflexões posteriores.¹⁸ Embora apresente reflexões avançadas para a primeira metade dos anos 60, o próprio contexto intelectual daquela época impôs limitações teóricas aos textos. Assim, duas tradições interpretativas percorrem as páginas do livro. A primeira é a adoção da tipologia de Gino Germani, que alude à passagem de uma “democracia com participação limitada” para uma “ampliada”.¹⁹ Trata-se de um processo de “massificação prematura” ou “antecipada” de massas rurais na vida urbana e no processo político.²⁰ Weffort recupera a tese que afirma o

¹⁸Francisco Weffort. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p. 22. Minha análise limita-se aos três primeiros artigos da coletânea: “Política de massas”, escrito originalmente em 1963; “Estado e massas no Brasil”, de 1965; e “O populismo na política brasileira”, de 1967.

¹⁹*Idem*, p. 45.

²⁰*Idem*, p. 54.

sucesso da política varguista entre os trabalhadores porque o êxodo rural trouxe para as cidades uma mão-de-obra com tradições patrimoniais, individualistas e sem experiências de lutas sindicais. Desencadearam-se, desse modo, a “revolução individual” dos migrantes oriundos do campo que chegaram ao mundo urbano e a conseqüente pressão para o acesso ao consumo e ao emprego. Portanto, “trata-se, sempre, de formas individuais de pressão, as quais se apresentavam aos populistas como um problema a resolver”.²¹ Ou seja, como já afirmara Guerreiro Ramos, existia a classe, mas faltava a sua consciência, mascarada ou deformada no processo que transformou camponeses em assalariados urbanos, permitindo a Weffort sugerir que a reflexão sobre o populismo deva basear-se a partir de “relações individuais”.²² A teoria da modernização, portanto, é central nas análises de Weffort.

A segunda tradição intelectual presente na coletânea provém de uma época em que se acreditava que os atores sociais tinham “vontade própria”. Assim, diz o autor: “a burguesia e o proletariado, em especial este último, tendem a organizar racionalmente sua ação política e a colocar, de maneira clara, seus interesses de classe à luz do dia do debate político”.²³ Muitas vezes, noções oriundas da ortodoxia aparecem de maneira peremptória: “Na impotência histórica da pequena burguesia está a raiz da demagogia populista (...). Deste modo, por limitar-se às formas pequeno-burguesas de ação, o populismo traz em si a

²¹*Idem*, p. 75.

²²*Idem*, p. 72.

²³*Idem*, p. 28.

inconsistência que conduz inevitavelmente à traição.²⁴ Se o populismo foi traição, a grande pergunta, nunca respondida, lembra com razão John French, é: por que os operários sucumbiram aos agrados dos líderes populistas, aceitando a dominação, e, no mesmo movimento, se dispuseram a confiar em traidores?²⁵ Portanto, ler *O populismo na política brasileira* é conhecer um autor afinado com o contexto intelectual de seu tempo, mas igualmente limitado por ele.

Algumas vezes, personagens com tradições e práticas políticas distintas são tratados de maneira indiferenciada, perdendo-se, assim, especificidades e a própria historicidade dos projetos: “entre o populismo dos demagogos e o reformismo nacionalista de 1964 sempre existiram afinidades profundas de conteúdo”.²⁶ Em um Estado como esse, alega, “não há lugar de destaque para as ideologias. Os aspectos decisivos da luta política — as formas de aquisição e preservação do poder — estão vinculados a uma luta entre personalidades”.²⁷ Ao mesmo tempo que personaliza o passado histórico da sociedade brasileira, o autor dilui e, conseqüentemente, perde a especificidade dos projetos políticos em que estes líderes políticos se manifestaram. Assim, João Goulart, Leonel Brizola, Roberto da Silveira, Alberto Pasqualini, Fernando Ferrari, Lúcio Bittencout, entre outros, todos filiados a um partido político, o PTB, bem como a uma

²⁴*Idem*, p. 28.

²⁵John French. *O ABC dos operários*. Conflitos e Alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Caetano do Sul. Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995, p. 9

²⁶*Idem*, p. 37.

²⁷*Idem*, p. 54.

tradição política, o trabalhismo, surgem no mesmo patamar que Jânio Quadros e Adhemar de Barros, políticos que o próprio Weffort caracteriza como fenômenos de São Paulo.²⁸ Eles, por sua vez, são igualados à ala direitista-golpista da UDN, como Carlos Lacerda, ao general Eurico Dutra e a Juscelino Kubitschek. Todos, segundo indicações de Weffort, surgem na mesma dimensão porque se dirigem ao *povo*, sem distinguir as contradições de classe contidas nesta concepção.

Enfim, vários são os temas a serem explorados na coletânea. No entanto, vale observar uma certa tensão ao longo dos argumentos do autor. Em alguns momentos do livro, um grupo de afirmações revela uma interlocução, uma interação, nas relações entre Estado e classe trabalhadora, vistas como um processo legítimo:

o populismo foi, sem dúvida, manipulação de massas, mas a manipulação nunca foi absoluta. Se o fosse, estaríamos obrigados a aceitar a visão liberal elitista, que, em última instância, vê no populismo uma espécie de aberração da história alimentada pela emocionalidade das massas e pela falta de princípios dos líderes. Se o populismo foi manipulação, alega, “também foi um modo de expressão de suas insatisfações”.²⁹

Outra indicação importante, que relativiza o poder de Estado e resgata o papel e a atuação dos próprios trabalhadores nas relações políticas daquela época, igualmente é dada por Weffort:

²⁸*Idem*, p. 28.

²⁹*Idem*, p. 62.

“Grupo burguês algum é capaz, por si próprio, de inventar um político de massas. As condições de existência das massas têm também seu papel nesta invenção.”³⁰

As afirmações, importantes, sugerem que o populismo não foi mera manipulação de massa, de cima para baixo, mas que houve interlocução entre Estado e classe trabalhadora. No entanto, muitas leituras não observaram com maior cautela uma linha de reflexão que se abria. Talvez pela própria ambigüidade das idéias contidas em seus textos, as atenções voltaram-se para outro conjunto de afirmações. Weffort critica a versão liberal do populismo, cuja explicação seria a manipulação e a demagogia dos líderes conjugadas à ignorância e ao atraso das massas. Contudo, em outros momentos, contrariando suas próprias críticas à concepção liberal, o texto permite leituras bem diferentes. Assim, para o autor, em 1930 aparece “o fantasma do povo na história política brasileira, que será manipulado soberanamente por Getúlio Vargas durante 15 anos”.³¹ Ou então as massas populares constituíram a raiz do poder dos líderes populistas, “mas, nesta mesma condição, não passam de ‘massa de manobra’”.³² Ao dar ao Estado um poder que ele, teoricamente, não alcançou, mesmo nas ditaduras mais intolerantes, surgem afirmações bastante questionáveis: “nas formas espontâneas do populismo, a massa vê na pessoa do líder o projeto do Estado; abandona-se a ele, entrega-se à sua direção e, em grande medida, ao seu arbítrio”.³³

³⁰*Idem*, p. 34.

³¹*Idem*, p. 51.

³²*Idem*, p. 58.

³³*Idem*, p. 41.

Assim, as análises das relações mantidas entre Estado e classe trabalhadora são conduzidas sob certa tensão, sob certa ambigüidade: ora interlocução, ora manipulação. No entanto, esta última maneira, de cima para baixo, foi a que se firmou nos estudos posteriores, ressaltando-se as passagens em que Weffort analisa de maneira mais caricatural as relações entre as “massas” e os líderes “populistas”: manipulação, emocionalidade, relações individuais, traição etc.

Seja como for, com a teoria da modernização, as idéias do Grupo de Itatiaia, a interpretação sociológica do movimento operário e os trabalhos de Weffort, o populismo, na segunda metade dos anos 60, começou a firmar-se nas Ciências Humanas no Brasil. Era necessário, no entanto, situá-lo em um contexto histórico internacional para estabelecer a noção com maior precisão metodológica. Assim, nos compêndios e manuais sobre o populismo na América Latina e no Brasil, invariavelmente a introdução ou o capítulo inicial tratavam dos “antecedentes” históricos: o leitor, desse modo, conhecia o populismo na Rússia czarista e nos Estados Unidos no século XIX. Novamente, portanto, há a presença do mundo rural. Embora os contextos econômico, político, social, agrário, cultural, ideológico e religioso do Brasil tenham sido diversos da Rússia czarista, e, ambos, distintos dos Estados Unidos, o que une histórias tão diferentes é o campesinato. E onde ele está, é de se prever, também aparecem os populistas.

Estaria a primeira versão do populismo superada? Creio que não. No primeiro semestre de 1998, em uma prestigiada escola católica na cidade de Niterói, uma aluna da segunda série do

segundo grau recebeu de seu professor de história uma apostila resumindo a trajetória da política brasileira após 1945. Logo no início, a menina leu: “O período que se estende de 1945 a 1964 é tradicionalmente conhecido como o período do ‘Populismo’.” Entre aspas e em negrito, para chamar a atenção dos jovens leitores, o conceito teria algumas “características básicas”:

Como já se observou, o populismo na América Latina teve como característica básica uma intensa manipulação das massas, num momento de transição entre a economia agro-exportadora e a economia mais moderna, que começa a se instalar após a crise de 1929. Lideranças mais ou menos carismáticas disputaram o poder junto a essa massa, ora fazendo concessões (as leis trabalhistas de Vargas são um bom exemplo), ora utilizando o povo como elemento de ataque às antigas oligarquias.

Os trabalhadores, cuja consciência social estaria a meio-termo entre os padrões rurais e os vigentes na indústria, deixaram-se envolver por líderes burgueses, que, habilmente, os usaram como massa de manobra. Após aprender as dimensões teóricas do conceito, a aluna, um tanto confusa, também aprendeu com o professor o que se seguiu na política brasileira: a democratização de 1945, o surgimento dos partidos políticos nacionais e o governo Dutra. No entanto, em 1950, surpreendentemente, o populismo teria ressurgido. Não sem alguma ironia, os autores da apostila escreveram:

Nas eleições de 1950, Vargas voltou ao poder (...). Sua vitória traduzia claramente o poder de manipulação da política

populista: afinal, Vargas era o ‘pai’ dos trabalhadores brasileiros...

Mas, entre 1963 e 1964, as lutas sociais se acirraram, continua a apostila. A conclusão resume-se a um jargão, comum na literatura sobre o assunto: com o golpe militar de 1964, dizem os autores do texto em tom peremptório, “era o colapso da época populista no Brasil”.

Seria uma injustiça, grave a meu ver, desmerecer o trabalho desses professores. Não é esse o meu objetivo. São profissionais mal pagos, trabalhando muitas vezes em condições difíceis, sem chances de atualização ou recursos para comprar livros. Com honestidade e seriedade, fazem o melhor que podem, mas isso é o melhor que fazem.

Para os professores que formam os nossos filhos, a política brasileira e as relações entre Estado e classe trabalhadora durante o período de 1930 a 1964 encerram um “senso comum”, no sentido gramsciano do termo, nomeado de populismo — e em sua primeira versão, a dos anos 50 e 60. Mas seria correto afirmar que esse “senso comum” circula somente entre os professores de nível médio? Estariam eles tão desatualizados assim? Com ressalvas, creio que não.

Os resultados desta primeira versão do populismo são conhecidos e aceitos até hoje, tanto nas apostilas de nível médio quanto na bibliografia especializada. No primeiro governo de Vargas, os trabalhadores tiveram acesso aos direitos sociais, mas não aos políticos, e, a partir de cálculos sobre suas perdas e ganhos, trocaram os benefícios da legislação por submissão política. Assim, incapazes de pensar por si mesmos, fracos diante

das investidas ideológicas das classes dominantes, recebendo passivamente e sem críticas a doutrinação política, os trabalhadores brasileiros oriundos do mundo rural, destituídos de tradições de luta, organização e consciência, passaram a idolatrar Vargas e, desde 1945, a eleger outros líderes populistas e a votar no PTB.

O POPULISMO DE SEGUNDA GERAÇÃO

Na virada dos anos 70 para a década de 80, a primeira versão do populismo começou a dar mostra de esgotamento em suas hipóteses centrais. A teoria da modernização, o papel do Estado como elemento que organizaria as classes, o comportamento político da classe trabalhadora determinado por estruturas sócio-econômicas — como sua origem rural ou devido às peculiaridades da industrialização brasileira —, entre outros fatores, não mais satisfaziam os estudiosos. Os grandes ensaios sobre o “populismo na América Latina” tornaram-se cada vez mais raros. Sociólogos e cientistas políticos, pioneiros nos estudos, passaram a debater com historiadores, os quais, com seus métodos de pesquisa, enfrentaram a questão.

Assim, os estudos voltaram-se principalmente para as relações entre Estado e sociedade na época do “primeiro governo” de Vargas. De alguma maneira, o problema que preocupou a primeira versão do populismo foi reiterado pelos novos estudos: em 1930, instituiu-se no Brasil um Estado de vertente autoritária que se acentuou em 1935 e se impôs como uma ditadura em 1937, influenciada pela experiência do fascismo euro-

peu. As liberdades democráticas foram suprimidas, e o movimento operário duramente reprimido. Anarquistas, socialistas, comunistas e liberais perderam os espaços de atuação política, e muitos deles, a própria vida. A repressão policial, a censura aos meios de comunicação, entre outros dispositivos arbitrários e discricionários, impediram qualquer movimento para as oposições. No entanto, diante de um contexto político tão sufocante, os trabalhadores apoiaram a ditadura de Vargas. O apoio, admitem diversas tendências historiográficas, não era apenas formal, mas sincero, e o reconhecimento, a gratidão e as manifestações elogiosas dos assalariados ao ditador dificilmente são refutados pelos estudiosos. Esse, portanto, foi o problema que o populismo de segunda geração herdou da primeira e procurou novamente enfrentar, centrando os estudos nas relações entre Estado e sociedade/classe trabalhadora entre 1930 e 1945.

Para enfrentar a questão, houve, inicialmente, a recusa, pelo menos formalmente, das hipóteses centrais da primeira versão do populismo. Contudo, a recusa não foi total, tanto assim que o texto-síntese daquela primeira versão, *O populismo na política brasileira*, de Weffort, continuou a ser citado nos textos — algo que não é casual.

Há uma premissa formulada por Weffort nos anos 60 que persistiu entre os historiadores da década de 80. Interrogando ao extremo a coletânea *O populismo na política brasileira* à procura das razões que teriam levado os trabalhadores a apoiarem “líderes populistas”, encontramos um argumento central: o populismo impôs-se pela conjugação da repressão estatal com a manipulação política, embora a chave de seu sucesso tenha sido a satisfação de algumas demandas dos assalariados. Assim, mes-

mo que a segunda versão tenha rejeitado as premissas anteriores — teoria da modernização, determinações sócio-estruturais nas organizações da classe trabalhadora, a influência negativa dos camponeses no meio operário, entre outras questões —, a premissa central, sugerida por Weffort, *repressão*, *manipulação* e *satisfação*, continuou presente, embora não exatamente da mesma maneira. Ela continuou nas análises, mas enfatizando o poder repressivo e manipulatório do governo e, no mesmo movimento, minimizando os espaços para a atuação e intervenção dos trabalhadores e sua interlocução com o Estado. A segunda versão do fenômeno apropriou-se das idéias de Weffort, ressaltando as variáveis *repressão* e *manipulação*, mas subestimando, e muitas vezes desconhecendo, o viés da *satisfação*. Surgiu, assim, o populismo na sua interpretação mais repressiva e demagógica.

Neste aspecto, é importante citar uma poderosa tradição que influenciou, direta ou indiretamente, toda uma geração de intelectuais: o marxismo. O marxismo apresentou uma questão importante ao estudioso: uma ordem social não é imutável, e a sua própria reprodução propicia a sua transformação. Para um historiador, marxista ou não, a assertiva foi muito bem recebida. As divergências, porém, surgiram sobre a maneira e os caminhos que permitiriam a transformação, suscitando acalorados debates entre autores e militantes marxistas. Assim, a versão mais disseminada defendeu que a possibilidade da mudança provém da capacidade dos trabalhadores de alcançarem a “verdadeira” consciência de classe, de “desvendarem” as contradições sociais, de perceberem quais seriam os seus “reais” interesses. Não é casual, desse modo, que muitas pesquisas produzidas nos

programas de pós-graduação em História Social, a partir de fins dos anos 70, discutissem, na parte teórica dos trabalhos, a questão da ideologia. Marx, Lenin, Lukács, Goldman, Althusser ou Gramsci, para citar os mais conhecidos, eram convocados em busca de uma definição mais apropriada para o fenômeno. Afinal, o conceito de ideologia, compreendido na maioria das vezes como “falsa consciência”, poderia desvendar as razões que teriam levado os operários a não se revoltarem contra ordens sociais opressoras.

No campo do marxismo, um dos clássicos que marcaram uma geração foi Antonio Gramsci. Como um dos mais refinados pensadores marxistas, em fins dos anos 70 suas idéias entraram nas universidades brasileiras — período, também, em que os historiadores começaram a estudar a política brasileira após 1930, em particular o “primeiro governo” de Vargas. Foi a proposta teórica de hegemonia em Gramsci que mais fascinou os estudiosos na época. Não quero discutir o conceito, sabemos que ele permitiu diversas interpretações. O que importa, aqui, é a sugestão de que a dominação de uma classe social sobre outra não se impõe apenas pela força, pelo poder repressivo de Estado, como era comum pensar, mas que sua eficácia ocorre ao se conjugar com as instâncias “persuasivas” da sociedade.

Com o pensador italiano, não foi difícil para muitos historiadores reavaliarem a teoria do primeiro populismo. Assim, entre a tríade *repressão*, *manipulação* e *satisfação* em Weffort e a dicotomia *repressão* e *persuasão* em Gramsci, a última tornou-se mais atraente. Com a alteração no enfoque, pode-se dizer mesmo que houve uma regressão na maneira de se pensarem as relações entre Estado e classe trabalhadora na época de Vargas.

Na primeira versão, ainda havia a variável *satisfação*, aceitando que os assalariados se beneficiaram com as políticas públicas do Estado varguista, como a legislação social, por exemplo. Na segunda versão, no entanto, sequer isto foi considerado. *Repressão e persuasão*, ou, como é comum dizer, repressão policial e propaganda política, tornaram-se os elementos centrais para se compreender os mistérios do sucesso de Vargas entre os trabalhadores.

Surgiram, assim, diversos trabalhos a partir do início dos anos 80 sobre o Estado Novo, contribuindo, sem dúvida, para a compreensão daquela temporalidade. Muitos textos enfatizaram a repressão policial, outros acentuaram a propaganda política estatal, e alguns, de maior fôlego, ressaltaram os dois aspectos. Mas a maioria das interpretações concordavam que o populismo floresceria com sucesso em um certo tipo de Estado, autoritário, que recorreria a duas práticas distintas, embora complementares: a primeira, voltada para o movimento operário e sindical, utilizou a repressão policial mais truculenta, invadindo os sindicatos de trabalhadores, prendendo os seus líderes, espancando os seus militantes, cerceando as suas práticas de luta e de organização, enquadrando os sindicatos por meio de uma legislação controladora e restritiva e suprimindo, às vezes fisicamente, as esquerdas. O aparato repressivo, assim, ter-se-ia dedicado a eliminar os setores mais combativos da classe, aniquilando as veleidades autonomistas do movimento operário e solapando as bases do sindicalismo mais avançado. A polícia, a legislação autoritária e os tribunais de exceção teriam impedido que os trabalhadores mais organizados seguissem os caminhos “naturais” que os conduziriam a uma autêntica identidade política.

Assim, derrotando os grupos organizados, o Estado, concomitantemente, teria recorrido a uma segunda prática, voltando as suas baterias para o “povo”, ou seja, os assalariados que não conheciam as experiências do movimento sindical, os pobres e as pessoas comuns — para utilizar a linguagem dos anos 60 e 70, os “novos” operários de origem rural. Para o melhor sucesso de seus objetivos, o Estado utilizou os recursos oferecidos pelas modernas técnicas de propaganda e de doutrinação políticas. Com extrema habilidade, o governo de Vargas teria “inculcado” nas mentes das pessoas idéias, crenças e valores baseados na mentira, na ilusão e na deformação ou inversão da realidade. Com o auxílio de seus “intelectuais orgânicos”, o Estado teria inundado a sociedade com imagens e símbolos de exaltação ao governo, utilizando como veículos rádios, cinemas, livros, jornais, biografias, cartilhas escolares, músicas, festas, comemorações cívicas etc. Assim, eliminando os operários mais combativos, com a polícia, e manipulando o restante da população, a partir dos meios de comunicação, o Estado populista teria alcançado amplo sucesso, sendo, dessa maneira, aceito como legítimo pelos trabalhadores.

Não há muitas dúvidas sobre a repressão policial que se abriu a partir de 1930, se acentuou em 1935 e tornou, a partir de 1937, inviável qualquer resistência ao regime. As pesquisas demonstram, às vezes de maneira irrefutável, o processo repressivo. Igualmente ficou comprovada a montagem de um complexo sistema de propaganda política estatal coordenado, sistemático e, dentro dos recursos da época, sofisticado. O que se questiona é abordar as relações entre Estado e classe trabalhadora a partir de paradigmas explicativos, ao mesmo tempo opostos e

complementares, centrados na repressão e na manipulação, ambos surgindo como formas de violência estatal sobre os assalariados, física em uma dimensão, ideológica na outra. Como diz Angela de Castro Gomes, “elas são reconhecidas como fundamentais e como pano de fundo sem o qual uma reflexão mais refinada sobre seus impactos seria impraticável. Trata-se, portanto, de considerá-las teórica e empiricamente insuficientes e equivocadas para dar conta do fenômeno que está sendo examinado, considerando-se sobretudo seus desdobramentos através do tempo”.³⁴

Como defendi em trabalho anterior, o “mito” Vargas não foi criado simplesmente na esteira da vasta propaganda política, ideológica e doutrinária veiculada pelo Estado. Não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade. O “mito” Vargas expressava um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão-somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores.³⁵

As matrizes teóricas do segundo populismo, nos anos 80, portanto, distanciaram-se dos pressupostos defendidos nas dé-

³⁴Angela de Castro Gomes. “Apresentação”. In Jorge Ferreira. *Trabalhadores do Brasil*. O imaginário popular. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 10.

³⁵Jorge Ferreira. *Idem*. Aliás, vale repetir uma citação do próprio Weffort, que, décadas atrás, já observara que “grupo burguês algum é capaz, por si próprio, de inventar um político de massas. As condições de existência das massas têm seu papel nesta invenção”. *Op. cit.*, p. 34.

cadadas de 60 e 70 em diversos aspectos, mas, igualmente, resgataram muitos de seus elementos. A noção permaneceu, contudo recebeu um tratamento mais sofisticado, atualizando-se com as tendências historiográficas do momento.

No entanto, ainda na década de 80, houve tentativas de se abandonar a noção de populismo. Diversos autores, evitando utilizar a expressão, passaram a ressaltar as políticas públicas de controle social implementadas pelo Estado varguista, sobretudo no tocante ao “controle operário”. Diante do avanço da mobilização dos trabalhadores desde a década de 1910, em particular do movimento anarquista, e do conseqüente perigo de revoluções anticapitalistas, novas formas de dominação política foram implementadas. O poder, interpretado em um sentido mais amplo, certamente sob a influência das leituras de Michel Foucault, não se limitou a agir pelas instâncias repressivas de Estado e por seus “aparelhos ideológicos”. Imiscuindo-se em diversos campos do social, surgiram especialistas que formularam discursos “racionais”, no sentido sugerido pela chamada Escola de Frankfurt, Habermas em particular, sobre saúde, educação, sexualidade, habitação, pedagogia, educação física, medicina, direito, entre diversos outros. O objetivo dos especialistas era “conhecer” o operário. E, conhecendo-o, “controlá-lo”. Desqualificados em seu próprio saber, destituídos de legitimidade para falarem por si mesmos e pela sociedade, os trabalhadores deixar-se-iam dominar por um saber racional, porque científico, e, logo, apresentado como verdadeiro. A ordem social, assim, não ficaria mais sob os auspícios da política, pois um saber técnico e científico, portanto neutro, deveria tomar o seu lugar. Os discursos racionais e científicos, revestidos de toda

uma eficácia técnica, teriam elaborado variadas formas de conhecimento especializado. Fundamentados na competência técnica, eles começaram a tomar corpo e forma nos anos 20 para invadirem todas as dimensões da sociedade nos anos 30.

O enfoque do “controle operário” surgiu como alternativa ao binômio repressão-propaganda, centrando a análise na eficácia do poder baseado no argumento da racionalidade e da técnica. Contudo, a abordagem, sabemos hoje, não foi tão alternativa como se pensava. Afinal, a repressão policial e a propaganda política tinham por objetivo a adesão dos trabalhadores e, portanto, o próprio controle. Sobretudo com a recepção da História Cultural no Brasil, percebeu-se que não há por que acreditar em uma relação sem mediações entre as idéias eruditas e populares, que há um lapso entre a intenção de controlar e o efetivo controle, que o poder dos poderosos não é tão poderoso assim. Sem negar os recursos utilizados pelo Estado após 1930, ou ainda nos anos 20, para controlar a classe trabalhadora e racionalizar a sua própria existência a partir de critérios técnicos e “científicos”, tornou-se necessário relativizar o enfoque a fim de se evitar uma abordagem totalizadora, sugerindo estruturas capazes de diluir a existência de sujeitos políticos e sociais incapazes de superá-las. Os mecanismos de “controle operário” foram implementados, mas sua atuação e eficácia eram limitadas pela própria cultura da classe trabalhadora.

Seja como for, as insatisfações permaneceram. Os enfoques baseados no binômio repressão-propaganda ou no controle, que necessariamente não se opunham, pareciam insuficientes. Era preciso explicar, de maneira mais incisiva e contundente, o sucesso de Getúlio Vargas entre os trabalhadores. Para alguns au-

tores, poucos na verdade, as explicações que ressaltavam a propaganda política, a repressão policial e o controle social não estariam necessariamente equivocadas, apenas não foram às últimas conseqüências. A repressão estatal e a propaganda política no governo Vargas, portanto, sofreram uma leitura radical.

Assim, ainda nos anos 80, e mesmo no início da década seguinte, as alternativas ao populismo não tardaram a chegar. Afinados com os esquemas sociológicos dos teóricos do totalitarismo, historiadores aproximaram o governo Vargas dos regimes de Hitler e Stalin. Multiplicando em muitas vezes a capacidade da repressão policial, até elevá-la à categoria de terror generalizado, e ampliando ao máximo a eficácia da propaganda política, comparando-a às práticas nazistas e stalinistas, Vargas passou a ser definido como um líder totalitário. A inovação é aparente e equivocada: novamente a repressão e a propaganda, como pressupostos centrais da análise, permanecem inalteradas.³⁶

É curioso observar, neste aspecto, como a teoria sociológica do totalitarismo seduziu muitos historiadores brasileiros. Embora os especialistas da história do socialismo, no Brasil e no exterior, recusem a expressão,³⁷ os debates sobre o caráter tota-

³⁶Jorge Ferreira. *Op. cit.*, p. 15.

³⁷Na coleção *História do marxismo*, organizada por Eric Hobsbawm, bem como na coletânea *História do marxismo no Brasil*, não há um único especialista que adote a teoria do totalitarismo. Na avaliação de Martin Malia, a teoria do totalitarismo baseia-se em classificações estáticas, com forte tendência a abstrações atemporais. *La tragédie soviétique. Histoire du socialisme en Russie. 1917-1991*. Paris, Éditions du Seuil, 1995, p. 24. Ao dar excessivo poder às técnicas de propaganda e ao terror político, a teoria do totalitarismo desvia a atenção do estudioso para a colaboração da própria sociedade ao regime, da cumplicidade que se estabeleceu entre Estado e sociedade.

litário ou não do Estado Novo, como lembra Maria Helena Capelato, geraram algumas polêmicas.³⁸

Para Marc Ferro,³⁹ é inquietante, na verdade, o processo de banalização do nazismo com a vulgarização da teoria do totalitarismo, particularmente se considerarmos a contribuição dos próprios estudiosos do assunto. Se antes da Segunda Guerra somente os regimes de Hitler e Mussolini se definiam dessa maneira, após 1945 o conceito se estendeu também para a União Soviética.⁴⁰ Com Carl Friedrich, Zbigniew Brzezinski e, sobretudo, Erns Nolte,⁴¹ diz Ferro, a equiparação dos campos de extermínio nazistas com os *gulags* soviéticos encobriu o racismo, um dos pontos básicos da política hitlerista. Em vários estudos, a conclusão, surpreendente, é a de que o nazismo, como uma

³⁸Veja Maria Helena Rolim Capelato. *Op. cit.*, pp. 197 e seguintes.

³⁹Marc Ferro. *História da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Ática, 1995.

⁴⁰No caso soviético na época de Stalin, diz Eric Hobsbawm, apesar de brutal, burocrático e terrorista, o sistema soviético não foi totalitário. O romance *1984*, de George Orwell, sugeriu a imagem de uma sociedade totalitária, vítima de lavagens cerebrais, onde ninguém escapava do olho vigilante do poder. “Isso é sem dúvida o que Stalin teria querido alcançar”, diz o autor. A maioria dos soviéticos, continua o autor, não se importava com as declarações sobre política e ideologia marxista-leninista vindas do líder e do partido, desde que elas não atingissem seu cotidiano e sua vida comum. Somente os intelectuais e, certamente, os militantes filiados ao PCUS levavam a sério a teoria “científica” do socialismo soviético. O sistema, afirma Hobsbawm, “não exercia efetivo ‘controle da mente’, e muito menos conseguia ‘conversão do pensamento’ (...)”, embora despolitizasse e aterrorizasse a sociedade. *Era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, pp. 383-384.

⁴¹Carl Friedrich e Zbigniew Brzezinski. *Totalitarian dictatorship and autocracy*. Cambridge, Harvard University Press, 1956; Ernst Nolte. *Nazionalismo e e bolscevismo: la guerra civile europea 1917-1945*. Florença, Sansoni Editora, 1988.

forma extremada do fascismo, surgiu em reação ao “totalitarismo” soviético e, para se defender, foi obrigado a imitá-lo nos genocídios. Contradição flagrante, diz Ferro. Na impossibilidade de negar a existência das câmaras de gás, embora tivessem a ousadia, as interpretações “revisionistas” e “negacionistas” do nazismo responsabilizaram a URSS pelos grandes massacres e, por essa brecha, desculpabilizaram a política nazi, apresentando exemplos variados de genocídios: nas colônias européias, no faroeste norte-americano ou nas ditaduras dos países pobres, entre outros exemplos, os extermínios de populações inteiras também aconteceram. Chega-se, portanto, ao estágio avançado de normalização do nazismo — no Brasil, por exemplo, teria sido o caso do Estado Novo, um regime supostamente “totalitário”. Para o autor, definir o III Reich como “fascista” ou por generalizações como “totalitário” é encobrir a característica central do regime: o ódio racial e o projeto de dizimação em massa não somente de judeus, mas também de escravos, ciganos, deficientes físicos, cardíacos, entre outros.⁴² Assim, insiste com razão o autor, “identificar o terror hitlerista ao terror da URSS corresponde a fazer tábula rasa da especificidade do racismo, que constituiu um dos pontos básicos da política nazista de extermínio”. Tal equiparação, segundo Ferro, contribui para o processo de banalização do nazismo no mundo atual.⁴³ A excessiva vulgarização do termo, portanto, minimiza o nazismo e, no mesmo movimento, dilui os horrores perpetrados pelo III Reich.⁴⁴

Trata-se, portanto, de uma falsa questão discutir se o gover-

⁴²Marc Ferro. *Op. cit.*

⁴³Marc Ferro. *Idem.*, p. 175.

⁴⁴Marc Ferro. *Idem.*

no Vargas foi, ou não, “totalitário”. O que deve ser questionado, como vem ocorrendo entre os especialistas da história do socialismo, é a própria teoria sociológica do totalitarismo.

As vertentes do populismo de segunda geração — a abordagem que privilegia o binômio repressão-propaganda, a teoria do controle social e o enfoque totalitário — têm em comum uma maneira de abordar as relações entre Estado e sociedade/classe trabalhadora. Como em uma via de mão única, de cima para baixo, à luz do enfoque opressor e oprimido, o Estado, todo-poderoso, pela violência física e ideológica, domina e subjugava a sociedade, os trabalhadores em particular, surgindo, desse modo, uma relação destituída de interação e interlocução entre as partes. O Estado, com um poder desmedido, “total” em algumas versões, transforma a sociedade em elemento passivo, inerte e vitimizado. Assim, no Brasil, em 1930, 1935 ou certamente em 1937, os governantes, armados com variados dispositivos “simbólicos” de dominação ideológica, em alguns casos psicológica, teriam tido a capacidade de manipular, por meio de imagens e representações, as emoções e a sensibilidade das pessoas, dominando, inclusive, as suas mentes.

As delações que ocorreram na época do Estado Novo, por exemplo, comprovariam a capacidade do poder estatal de pressionar os indivíduos, deixando-os tensos, apreensivos e inseguros. Muitos teriam escrito cartas a Vargas, ao Dops ou à polícia denunciando os opositores do regime porque se encontravam atemorizados, ou aterrorizados, com as supostas ameaças dos inimigos, reais ou fictícios, ao governo e, portanto, à ordem social.

Na época do “primeiro governo” Vargas, muitas foram as denúncias deste tipo, e, hoje, facilmente as encontramos no

Arquivo Nacional ou nos arquivos do Dops. São delações de que o vizinho era integralista ou comunista; as famílias alemãs não falavam português; o comerciante da esquina estocava alimentos; o fulano era um conhecido agiota. Todas as denúncias eram seguidas de nomes e endereços. Supor que as pessoas delatavam as outras por pressões “simbólicas” do Estado é ter como premissa que a sociedade, em seu estado “normal”, seria “boa”, mas, ao ser corrompida moralmente pelos governantes do Estado Novo, ter-se-ia transformado em um bando de delatores. Mais difícil, repito, é compreender que a sociedade, em si mesma, não era tão “boa” e isenta de culpas, e que nela circulavam preconceitos contra judeus; manifestavam-se rancores contra alemães e japoneses, sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial; existiam pessoas com horror dos comunistas ou dos integralistas; encontravam-se alguns que queriam punir o comerciante da esquina desmedido em seus lucros; havia outras que desejavam livrar-se das dívidas com o agiota — e, em alguns casos, mais raros, do próprio marido. Se havia uma ditadura que se mostrava disposta a ajudá-las, o caminho ficava mais fácil. Em outras palavras, as relações entre Estado e sociedade não eram de mão única, de cima para baixo, mas, sim, de interlocução, de cumplicidade.

Sobre as vertentes que insistem em vitimizar a sociedade, retomo, aqui, as idéias de José Murilo de Carvalho, que nos adverte sobre os perigos de se tratar uma relação de maneira maniqueísta, “segundo a qual o Estado é apresentado como vilão e a sociedade como vítima indefesa” e que, portanto, “a inexistência da cidadania é simplesmente atribuída ao Estado”. Insatisfatória, como todas as que trabalham com dicotomias para

explicar fenômenos sociais, essa perspectiva, em termos teóricos, separa partes de um mesmo todo. Mais ainda, diz o autor, “o maniqueísmo inviabiliza mesmo qualquer noção de cidadania, pois, ou se aceita o Estado como um mal necessário, à maneira agostiniana, ou se o nega totalmente, à moda anarquista. Na prática, ele acaba por revelar uma atitude paternalista em relação ao povo, ao considerá-lo vítima impotente diante das maquinções do poder do Estado ou de grupos dominantes. Acaba por bestializar o povo”. Para o autor, “é mais fecundo ver as relações entre o cidadão e o Estado como uma via de mão dupla, embora não necessariamente equilibrada”.⁴⁵

As abordagens que privilegiam o poder estatal nas relações entre Estado e classe trabalhadora a partir de 1930 não se afastaram, no fundamental, das mesmas preocupações políticas que intrigaram líderes, teóricos e militantes de esquerda desde o século XIX: se a classe operária tem um caminho a seguir e um destino a cumprir, se sua vocação é elaborar uma identidade política autônoma, como, então, ela se submete politicamente e segue líderes “populistas” ou “totalitários”? A resposta, garantia o marxismo mais vulgarizado, não era difícil: por meio da repressão aberta e dos efeitos mistificadores da ideologia, as classes dominantes garantiam e reproduziam o seu poder. Algumas, mais tarde, levando ao extremo o conceito gramsciano de hegemonia, acreditaram mesmo que somente os intelectuais marxistas teriam a capacidade de superar as ilusões fabricadas pela ideologia burguesa.⁴⁶

⁴⁵José Murilo de Carvalho. *Op. cit.*, pp. 10-11.

⁴⁶Jorge Ferreira. *Op. cit.*, p. 15.

A história da classe trabalhadora no Brasil, sobretudo com a ascensão de Vargas ao poder, reduz-se, assim, a uma espécie de “conspiração” das classes dominantes, sempre criadoras de dispositivos ideológicos, mecanismos eficientes de controle social, meios habilíssimos de propaganda política, instrumentos sutis de doutrinação das mentes, entre outros meios para manipular, dominar e desvirtuar os assalariados de seus “reais” e “verdadeiros” interesses. Estranha classe operária, no Brasil e nos países de capitalismo avançado. Forte o suficiente para revolucionar o planeta, mas “enganada” por qualquer líder “populista”, “totalitário” ou “traidor” que apareça no seu caminho. Como diz Barrington Moore Jr., não importa de onde venham as interpretações, moderadas ou revolucionárias, a história da luta dos trabalhadores por suas conquistas confunde-se com “a história da domesticação do proletariado”.⁴⁷

DE GRAMSCI A GINZBURG, DE FOUCAULT A THOMPSON

Em meados dos anos 80, muitos historiadores brasileiros adotaram, em ritmos e graus variados, a literatura de autores identificados com a história cultural. Muito resumidamente, as análises negam que as classes dominantes tenham o monopólio exclusivo da produção de idéias. Os trabalhadores, os camponeses e as pessoas comuns também produzem suas próprias crenças, valores e códigos comportamentais, o que, no conjunto, convencio-

⁴⁷Barrington Moore Jr. *Injustiça. As bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 245.

nou-se chamar de *cultura popular*. Carlo Ginzburg, por exemplo, sugeriu o conceito de *circularidade cultural* e demonstrou, em um estudo de caso, que as idéias não são produzidas apenas pelas classes dominantes e impostas, sem mediações, de cima para baixo.⁴⁸ As pesquisas em história cultural concordam que as idéias, longe de serem instituídas por um grupo e disseminadas por toda a sociedade, *circulam* e, como defende Roger Chartier, as camadas populares se *apropriam* das mensagens dominantes, dando-lhes novos e diferentes significados.⁴⁹ Peter Burke, por sua vez, critica o que chama de “teoria do rebaixamento”, qualificada por ele de tosca e mecânica. Para o autor, as imagens e as histórias não são passivamente aceitas pelos expectadores e ouvintes: “as mentes das pessoas comuns não são como uma folha de papel em branco, mas estão abastecidas de idéias e imagens; as novas idéias, se forem incompatíveis com as antigas, serão rejeitadas”.⁵⁰ A noção de *resistência cultural*, assim, tornou-se parte integrante de muitos estudos. Enfim, diversos outros autores, a exemplo de Robert Darnton, Natalie Zemon Davis, Giovanni Levi, para citar os conhecidos, afirmam que a “ideologia dominante” de uma sociedade não é tão dominante quanto se pensava.

No Brasil, muitos historiadores, sem abandonarem seus próprios métodos de trabalho, passaram a utilizar o conceito de

⁴⁸Carlo Ginzburg. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

⁴⁹Roger Chartier. *A história cultural; entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1990, pp. 136-137.

⁵⁰Peter Burke. *A cultura popular na Idade Moderna. Europa, 1500-1800*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 86.

cultura — categoria até então restrita às análises antropológicas. Através de uma “narrativa densa”, os pesquisadores passaram a reconstituir aspectos do passado colonial brasileiro, a sociedade escravista e, na Primeira República, a vida social e os movimentos populares. Em suas pesquisas, eles avaliaram que estas “pessoas comuns”, embora oprimidas por um poder que, muitas vezes, escapava à sua compreensão, necessariamente não se deixaram iludir ou manipular. Particularmente na Primeira República, seja em Canudos, nas reformas de Pereira Passos, na Revolta da Vacina ou com os anarquistas, embora haja um Estado repressivo e excludente, ele não surge como todo-poderoso a ponto de moldar as mentes e os comportamentos de trabalhadores e populares. Estes, de maneira diversa, são tratados como pessoas portadoras de idéias, crenças e tradições que atuaram e, muitas vezes, se revoltaram contra a ordem vigente. Assim, os pesquisadores que voltam suas preocupações para períodos anteriores a 1930 não encontraram tantas dificuldades para interpretar as práticas e representações de trabalhadores e populares, bem como as suas relações com o poder estatal — o que não é casual. Afinal, nos períodos colonial, imperial e na Primeira República, os pesquisadores não transformaram as classes dominadas em objetos de regulamentação e manipulação do Estado, e nem responsabilizaram escravos, brancos pobres, camponeses ou assalariados urbanos por se “iludirem” com as ideologias dominantes.

No entanto, ainda são poucos aqueles que incorporaram o enfoque cultural nas suas reflexões sobre a história política brasileira após 1930, particularmente nas relações entre Estado e

classe trabalhadora. Parece-me que as indicações teóricas da História Cultural perdem a validade especialmente quando se trata de estudar trabalhadores e populares após aquela data, particularmente durante o “primeiro governo” de Getúlio Vargas, e mesmo após 1945. Poucos são os historiadores que aplicam os conceitos de cultura, tradição, circularidade, apropriação, resistência, entre diversos outros, para o tratamento do tema.

As dificuldades existem, por mais que os historiadores etnográficos há bastante tempo nos ensinam que, se a cultura erudita tem o objetivo de subjugar os povos, não há por que acreditar, como afirma Roger Chartier, que “estes foram real, total e universalmente submetidos”. Para o autor, “é preciso, ao contrário, postular que existe um espaço entre a norma e o vivido, entre a injunção e a prática, entre o sentido visado e o sentido produzido, um espaço onde podem insinuar-se reformulações e deturpações”.⁵¹ Contudo, a impressão é que tais indicações são levadas a sério para antes de 1930. Para depois, não. A história da classe trabalhadora a partir de 1930, assim, torna-se um grande ardid das classes dominantes, que, pela propaganda política e a doutrinação das mentes, entre outros dispositivos ideológicos, desviam os trabalhadores de seus “verdadeiros” objetivos.

Se a História Cultural não foi suficiente para a superação das dificuldades, também parece ser o caso de um autor que há

⁵¹Roger Chartier. “‘Cultura popular’: revisitando um conceito historiográfico”. In *Estudos Históricos*, nº 16. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1995, p. 182.

mais de uma década vem influenciando a produção historiográfica brasileira: E.P. Thompson. Suas idéias e sugestões metodológicas têm sido apropriadas no Brasil nos mais diversos estudos, dos motins populares às festas, das organizações culturais dos operários aos rituais, entre outras temáticas. No entanto, a questão central de sua obra, o processo de formação da classe trabalhadora, surge prioritariamente nos estudos sobre a Primeira República, particularmente com os anarquistas — e, como no caso da História Cultural, não para períodos posteriores. No Brasil, Thompson, ao lado dos historiadores da cultura, em poucas ocasiões ultrapassa a data tabu: 1930.⁵² Novamente não estamos diante de uma casualidade. Lembremos que a concepção que o historiador inglês tem de classe social e de consciência de classe é *incompatível* com a noção de populismo e de suas inevitáveis conseqüências, como manipulação das massas, mistificação ideológica e consciências desviadas dos seus interesses “reais”.

Refletindo junto a Thompson, pode-se mesmo dizer que expressões como populismo, getulista, janguista ou trabalhista, não importa o complemento, surgem como uma tentativa de

⁵²As “ocasiões”, na verdade, estão deixando de ser tão raras. Cito, como exemplo, um grupo de historiadores que, a partir da leitura de Thompson, vêm produzindo trabalhos inovadores sobre a história da classe trabalhadora brasileira, entre eles Fernando Teixeira da Silva. *A carga e a culpa. Os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade. 1937-1968*. Santos. Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1995; Hélio da Costa. *Em busca da memória. Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo, Scritta, 1995; Paulo Fontes. *Trabalhadores e cidadãos. Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo, Annablume/Sindicato Químicos e plásticos-SP, 1997.

fabricar explicações apresentadas como racionais para comportamentos interpretados como não-racionais. A categoria de “irracionalidade”, inclusive, é uma das pilastras que sustenta a noção de populismo. Por exemplo, para Weffort, o populismo nunca teria sido, em suas próprias palavras, “bastante conseqüente em seu *irracionalismo* para colocar-se diretamente sob a tutela de um chefe”, enquanto o nacionalismo, por sua vez, é definido como “*irracionalismo* sob a forma racional” (grifos meus).⁵³ Assim, as experiências vividas pelos indivíduos, suas tradições, crenças e valores, são definidos como uma racionalidade deslocada, um desvio, uma ideologia, portanto.⁵⁴

As dificuldades para compreender o trabalhismo como um “fenômeno histórico” surgem diante das intervenções, repressivas e persuasivas, patrocinadas pelo Estado após 1930, as quais, em várias análises, teriam alterado os caminhos “naturais” da classe na constituição de sua identidade política. No entanto, a experiência do movimento operário e sindical entre 1930 e 1964 e as relações entre Estado e classe trabalhadora, ao serem definidas como “populistas”, devido à atuação do poder estatal, podem, e certamente devem, ser criticadas pelo que Thompson chama de recurso da “interpelação” ou “chamamento”. A coisa ocorreria da seguinte maneira: o Estado, por meio de seus aparelhos políticos, legais, ideológicos, entre outros, grita para os indivíduos: “Ó, você aí!” Sem demora, eles são “recrutados” para as relações “imaginárias” — no pior sentido do termo — que o Es-

⁵³Francisco Weffort. *Op. cit.*, pp. 42-32.

⁵⁴E.P. Thompson. *A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981, p. 193.

tado exige. Como ele diz em seu estilo irônico, tais concepções surgem como “um roteiro comovente”, próprio de filmes infantis: (...) “a malvada bruxa do Estado aparece! A varinha mágica da ideologia é agitada! E, pronto”. Surge, assim, o movimento sindical reformista. Embora o ato de “chamar” ocorra em qualquer sociedade, alega o autor, não há por que acreditar que os trabalhadores necessariamente atendam, exceto se eles forem transformados em seres passivos e sem iniciativa própria.

Houve, decerto, a intervenção estatal, insisto. Sobretudo a partir de 1942, a formulação do projeto trabalhista pelo Estado contribuiu, de maneira decisiva, para configurar uma identidade coletiva da classe trabalhadora. Mas, em qualquer experiência histórica, os assalariados sofrem influências dos contextos sociais, políticos e ideológicos em que vivem. No caso brasileiro, como em outros, tratou-se de uma *relação*, em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificaram interesses comuns. No trabalhismo, estavam presentes idéias, crenças, valores e códigos comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores muito antes de 1930. Compreendido como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais, o trabalhismo expressou uma consciência de classe, legítima porque histórica.

Por este enfoque, os trabalhadores, “ao viverem sua própria história”, deixam de ser considerados simples objeto de regulamentação estatal. O próprio projeto trabalhista, para ser compreendido e aceito, não pode ignorar o patrimônio simbólico presente na cultura política popular. O sucesso do trabalhismo, portanto, não foi arbitrário, e muito menos imposto pela propaganda política e pela máquina policial. Igualmente, não foi

casual que o PTB, a institucionalização do projeto, tenha sido a organização mais popular durante a experiência democrática pós-45, tornando-se, em 1964, a maior agremiação no espectro político do país.

Por fim, uma advertência bastante contundente do historiador inglês. Trata-se dos perigos de focar as relações entre Estado e classe trabalhadora a partir de cima, dando ao aparato estatal, ou às classes dominantes, um poder desmedido. Trata-se, para o autor, de uma maneira elitista de tratar uma relação:

Mais uma vez os intelectuais — um grupo escolhido entre eles — receberam a tarefa de iluminar o povo. Não há traço mais característico dos marxismos ocidentais, nem mais revelador de suas premissas profundamente antidemocráticas. Seja a Escola de Frankfurt ou Althusser, estão marcados pela sua acentuada ênfase no peso inelutável dos modos ideológicos de dominação — dominação que destrói qualquer espaço para a iniciativa ou criatividade da massa do povo —, uma dominação da qual só uma minoria esclarecida de intelectuais pode se libertar. Sem dúvida, essa predisposição ideológica foi alimentada pelas experiências terríveis do fascismo, da doutrinação da massa pelos meios de comunicação e do próprio stalinismo. É, porém, uma triste premissa para a teoria socialista (todos os homens e mulheres, exceto nós, são originalmente estúpidos) e destinada a levar a conclusões pessimistas ou autoritárias.⁵⁵

⁵⁵Idem, p. 205.

O "COLAPSO" DO POPULISMO

Como política de massas, estilo de governo e tendo por idéias básicas o controle, a manipulação e a tutela do Estado, a noção de populismo, no dizer de Angela de Castro Gomes, tornou-se, em fins dos anos 70, quase uma imposição, "pelo comparatilamento já alcançado e pela falta de versões de maior trânsito".⁵⁶ No entanto, não eram incomuns, mesmo no início dessa década, insatisfações e inconformismos com a expressão. Em trabalho ainda muito atual, Celso Frederico, já em 1970, questionava:

Seja nessas interpretações convencionais [teorias da modernização], seja em ensaios mais refinados como os de F. C. Weffort, o populismo é sempre visto como um desvio, uma simples deformação ideológica, uma falsificação da consciência de classe.⁵⁷

Embora com as limitações impostas pelas teorias vigentes naquela época, o autor expressou suas dúvidas certamente por entrevistar operários de carne e osso, conhecendo-os de perto. Frederico não encontrou, e demonstrou isso com muito talento, trabalhadores manipulados, iludidos e desviados dos seus "reais" interesses.

Somente em fins daquela década, surgiram as primeiras ver-

⁵⁶Angela de Castro Gomes. *Op. cit.*, p. 50.

⁵⁷Celso Frederico. *Consciência operária no Brasil*. São Paulo, Ática, 1979, p. 121.

sões alternativas, sobretudo análises que apontavam para as interações entre o projeto varguista e as demandas dos próprios trabalhadores antes de 1930. Recusando as concepções que sugeriam os “desvios ideológicos” da classe trabalhadora, categoria que implicitamente apontava para um caminho “verdadeiro”, um grupo de cientistas políticos interpretou a consciência de classe como algo que se define por uma complexa interação com o Estado e os empresários. Maria Hermínia Tavares de Almeida, Luiz Werneck Vianna e Wanderley Guilherme dos Santos ofereceram, assim, importantes contribuições.⁵⁸

Em compasso com o ambiente intelectual propício para versões alternativas, outros pesquisadores, em diferentes regiões do país, e não apenas no eixo Rio-São Paulo, passaram a criticar o “populismo na política brasileira” — alguns deles sob a influência das interpretações gramscianas de Ernesto Laclau sobre o fenômeno na Argentina.⁵⁹ Flávio Henrique Albert Brayner,⁶⁰ por exemplo, criticou os que, tomando como texto-base o discurso de posse de Miguel Arraes no governo de Pernambuco, no início dos anos 60, classificaram sua proposta política como “populismo de esquerda” — fenômeno que se caracterizaria pela mistificação das relações de classe, pela presença da mística Povo-

⁵⁸Maria Hermínia Tavares de Almeida. *Estado e classe trabalhadora no Brasil (1930-1945)*. Tese de doutoramento. São Paulo, USP, 1978 (mimeo); Luiz Werneck Vianna. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978; Wanderley Guilherme dos Santos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

⁵⁹Ernesto Laclau. *Política e ideologia na teoria marxista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

⁶⁰Flávio Henrique A. Brayner. *Partido Comunista em Pernambuco*. Recife, Massangana, 1989.

Comunidade. Questionando a indefinição conceitual de “populismo de esquerda”, o que implicaria um de “centro” e outro de “direita”, Brayner afirma que os autores gostariam de ver

um discurso que trouxesse um corte de classe preciso, um pertencimento de classe facilmente observável a olho nu. Pensam as classes, e suas ideologias, sob a forma da redução. Vêm a utilização da categoria POVO no discurso de Arraes como a própria negação do conflito de classes.⁶¹

Miguel Bodea, por sua vez, com base em extensa pesquisa, questionou em Weffort a tipologia da relação “líder populista-massas populares” e a idéia de que o populismo teria sido um pouco mais que uma “forma pequeno-burguesa de consagração do Estado”,⁶² uma vez que desestimularia a organização partidária. Bodea, igualmente influenciado pelas reflexões de Laclau, demonstrou como Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini, João Goulart e Leonel Brizola primeiro firmaram suas lideranças em uma estrutura partidária regional e somente depois se projetaram na política nacional. A ascensão ocorreu *dentro* do partido político, e não, “como muitos parecem supor, a partir de uma relação carismática direta entre o líder e as massas populares”. Para o autor, “o carisma, quando houve, desenvolveu-se *a posteriori*”. Assim, a liderança de Pasqualini é impensável fora do PTB gaúcho. Sem a organização partidária, certamente ele seria um personagem desconhecido. Goulart

⁶¹*Idem*, p. 114

⁶²Francisco Weffort. *Op. cit.*, p. 73.

e Brizola, por sua vez, não alcançariam a projeção nacional sem um PTB forte a nível regional. Mesmo Vargas, até chegar à categoria de mito político, lutou por quase três décadas para se impor no Partido Republicano Rio-Grandense. Com base em farta documentação, o autor rejeita as indicações sugeridas por Weffort de que “o líder será sempre alguém que já se encontra no controle de alguma função pública — um presidente, um governador, um deputado etc.”⁶³ Em sua pesquisa, contrapõe Bodea:

Na avaliação de todas estas carreiras políticas [...] torna-se patente que nenhum destes líderes teria desenvolvido seu prestígio junto às massas — ao menos no âmbito regional — sem passar pelo crivo do partido, com suas disputas internas e a luta constante pelo voto dos delegados às convenções partidárias. Evidentemente, *depois* de terem sacramentadas suas lideranças e candidaturas no *nível partidário*, todos estes líderes criaram uma projeção própria de *liderança de massa* para fora e até acima do partido.⁶⁴

É nesse contexto de insatisfações e de procura de alternativas que vem a público, em 1988, *A invenção do trabalhismo*, de Angela de Castro Gomes. Inicialmente, é importante ressaltar, o trabalho foi recebido com certa inquietação. Afinal, não se rompe com todas as premissas da noção de populismo e, portanto, com uma tradição longamente aceita e compar-

⁶³Idem.

⁶⁴Miguel Bodea. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1992, p. 197.

tilhada sem custos. Assim, foi preciso esperar que uma geração de historiadores, influenciados pelas abordagens culturais, pelas leituras antropológicas, pela recepção da assim chamada História Política renovada e, particularmente, pelas idéias de Thompson, estivesse receptiva para compreender a política brasileira entre 1930 e 1964 sob novos enfoques. Dez anos após sua primeira edição, *A invenção do trabalhismo* passou a sofrer uma nova leitura, menos inquietante e mais reflexiva.

Seja como for, em fins dos anos 90, aqueles que recusaram as abordagens que privilegiam a manipulação e a tutela estatal dos trabalhadores após 1930 deixaram de ser vozes isoladas. Diversos autores vêm contribuindo para desacreditar, uma a uma, as premissas do “populismo na política brasileira”. Assim, Lucília de Almeida Neves e Maria Celina D’Araújo, cada uma à sua maneira, demonstraram que o trabalhismo não se reduziu à mera manipulação política, e que o PTB, igualmente, não se resumiu a um “partido de pelegos”.⁶⁵ Argelina Cheibub Figueiredo, em trabalho inovador, comprovou a insustentabilidade da tese clássica que explicaria o “colapso do populismo” pelas mudanças nos padrões de acumulação capitalista — vale dizer, pelo determinismo econômico.⁶⁶ Maria Helena Rolim Capelato, em sua pesquisa comparativa so-

⁶⁵Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo, Marco Zero, 1989 — veja também artigo da mesma autora nesta coletânea; Maria Celina D’Araújo. *Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

⁶⁶Argelina Cheibub Figueiredo. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo, Paz e Terra, 1993.

bre o Estado Novo e o peronismo, relativiza o poder da propaganda política de massas. Para a autora, “a eficácia das mensagens depende dos códigos de afetividade, costumes e elementos histórico-culturais dos receptores”. Sem a presença desses elementos, uma máquina propagandística, mesmo poderosa e sofisticada, cai no vazio. Em teses e dissertações que orientou, surgem contrariedades com as premissas “que insistem na capacidade de manipulação estatal das consciências pelos meios de comunicação”.⁶⁷ No meu próprio livro, *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*, procurei reconstituir, ainda que parcialmente, idéias, experiências e estratégias políticas de trabalhadores e populares, demonstrando que eles não estavam manipulados ou iludidos na época do “primeiro governo” de Vargas.⁶⁸

Mais ainda, em programas de pós-graduação em História, grupos de pesquisadores, instituindo “escolas” historiográficas, atualmente formam jovens historiadores críticos da noção de populismo.

O populismo, portanto, parece entrar em colapso. Evidentemente que não no sentido dado por Octavio Ianni, mas, sim, em sua própria lógica explicativa. Embora, por uma questão de cautela, não se deva subestimar a força das tradições.

⁶⁷Maria Helena Rolim Capelato. *Op. cit.*, pp. 203 e 205. Veja, da mesma autora. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, Papyrus, 1998.

⁶⁸Jorge Ferreira. *Op. cit.*

A “INVENÇÃO” DO POPULISMO

As palavras “populismo” e “populista” não estavam disponíveis no vocabulário político e na linguagem cotidiana do país na época do “primeiro governo” de Vargas. Não existiam, simplesmente. Então, afinal, quem “inventou” o populismo?

No Brasil, o primeiro historiador a defender que a propaganda política estatal se mostrou eficaz na manipulação dos trabalhadores, e daí o apoio deles a Vargas, foi Karl Loewenstein, em livro publicado ainda em 1942. A interpretação liberal daquele fenômeno percorre a sua análise.⁶⁹

No entanto, o ano de 1945 foi crucial para a formulação e o estabelecimento da crença de que o prestígio do ditador entre os assalariados urbanos constituiu obra da máquina propagandística do DIP. Nesse ano, em pleno processo de democratização, o país conheceu uma grande mobilização em favor da continuidade de Vargas no poder. O “queremismo”, movimento de proporções grandiosas, somente comparado à Aliança Nacional Libertadora e à campanha das Diretas Já, irritou profundamente os grupos liberais de oposição ao Estado Novo. Para as forças liberais e antigetulistas, havia uma grande dificuldade para compreender e assimilar manifestações populares de defesa do ditador. Nos jornais, os violentos ataques a Vargas tornavam-se, ao mesmo tempo, argumentos

⁶⁹Karl Loewenstein. *Brazil under Vargas*. Nova York, Macmillan Company, 1944 (1ª edição de 1942). Agradeço a André Moysés Gaio, professor do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, pela indicação do livro.

explicativos. Em editorial, o *Diário da Noite*, de São Paulo, concordou que Vargas, de fato, “desfruta de alguma popularidade” entre certas categorias de trabalhadores. Mas o prestígio do ditador explica-se fundamentalmente

pela propaganda demagógica do Estado Novo. Hitler e Mussolini também, por força mística que souberam difundir, [...] desfrutaram de popularidade [...] de milhões de homens fanatizados, bestializados (...), excitando sua imaginação.⁷⁰

Em *O Jornal*, no Rio de Janeiro, um jornalista igualmente tentou enfrentar a questão.⁷¹ A participação de trabalhadores, qualificados por ele de “arruaceiros”, que tentam impedir manifestações pela democracia, tem origem, fundamentalmente, na presença, no Brasil, de uma “atitude mental obscurantista” oriunda da importação da ideologia nazista. Tais idéias, perniciosas, mas ainda vivas na sociedade brasileira, perturbam a ordem e repelem a marcha para as liberdades democráticas. Portanto, conclui o autor, é preciso eliminar estas “forças do mal que, esmagadas na Alemanha nazista, ainda procuram defender posições que não podem defender pelas armas”.

Em 1945, as correntes liberais e antigetulistas demonstraram incapacidade para assimilar manifestações populares a fa-

⁷⁰Citado em *O Jornal*. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1945, 2ª seção, 1ª página.

⁷¹*Idem*. Rio de Janeiro, 11 de maio de 1945, p. 2.

vor de Vargas. Assim, entre a influência do nazismo e a atuação de idéias perniciosas, entre a mentalidade obscurantista e o comportamento próprio de arruaceiros, a oposição liberal esforçava-se para dar conta dos conflitos que surgiam. Portanto, a explicação liberal, em seu limite, denunciava a aplicação, nos anos do Estado Novo, das técnicas de propaganda política de massa pelo DIP, importadas da Alemanha nazista, sobre uma população pobre, analfabeta e ignorante, ensejando que, no ocaso da ditadura, surgissem tais constrangimentos. Reprimir as manifestações a favor de Getúlio, desse modo, era a saída legítima para o problema.

Assim, na conjuntura da democratização, entre 1942 e 1945, houve a aproximação entre o historiador e o jornalista. Ambos, partindo dos horizontes oferecidos pelo liberalismo, passaram a explicar as relações entre Estado e classe trabalhadora a partir da manipulação, da propaganda estatal e do “atraso” da cultura política popular brasileira. As palavras “populismo” e “populista” ainda não se encontravam disponíveis no vocabulário da época, mas os fundamentos explicativos do fenômeno estavam lançados.

A partir de 1945 até 1964, as palavras foram surgindo muito lentamente através dos anos. No entanto, raramente eram utilizadas, e quando surgiam nas páginas dos jornais, não tinham o objetivo de desmerecer ou insultar o adversário. Mesmo na linguagem virulenta do lacerdismo, esses termos estavam ausentes. Getúlio Vargas, por exemplo, em um único texto datado de 1954, foi acusado de criminoso, materialista, imoral, desonesto, conivente com ladrões e comparado a uma grande

peste.⁷² João Goulart, por sua vez, era descrito pela imprensa oposicionista como um homem primário nas letras, de limitados horizontes intelectuais, demagogo, corrupto e manipulador dos sindicatos.⁷³ De criminosos a demagogos, de corruptos a golpistas, de ladrões a ignorantes, as oposições formulavam e

⁷²(...) Sobretudo é preciso alijar Getúlio. Em primeiro lugar é preciso alijar Getúlio. Erradicá-lo, extirpá-lo da vida pública nacional, como se faz, pela cirurgia, com as infecções e com os cancros. Ele pesteia, deteriora tudo em que toda. Ele é o fim (...). Ele é um viciado do crime político. Só como criminoso sabe agir. Realista, materialista como os animais e como os primários, (...) tudo se acaba em torno dele. Caem as forças morais, decai o espírito público, deturpa-se o patriotismo, transmudam-se os valores (...). E tudo vai poluindo pelo exemplo. A imoralidade já recebe, no seio das famílias, epínícios e elogios, pelo seu exemplo. A honestidade pessoal muda o seu conceito, já não sendo roubo a apropriação dos dinheiros públicos pelo seu exemplo. O seu exemplo é o pior dos exemplos que já teve o Brasil. Contemporizando com os ladrões públicos, deixando-os imunes à sua sombra, ele investe, pelo exemplo, contra a moral brasileira, do homem brasileiro que sempre preferiu passar fome a tocar no dinheiro alheio. O exemplo de Getúlio é contra este tradicional padrão de honestidade. Getúlio é o fim, como uma grande peste (...). Getúlio é o fim. Mas o Brasil não quer parar, não quer chegar ao fim. É preciso, portanto, erradicar Getúlio." João Duarte Filho. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1954, p. 3.

⁷³Comentando sobre os perigos das próximas eleições legislativas, Carlos Lacerda acusava: "E desde agora se preparam os jangos para as próximas eleições. Ao Jango-mor está afeta a tarefa de conquistar, demagogicamente, a massa trabalhista. Com seu primarismo de homem sem letras, com o seu nublado horizonte espiritual, outra coisa não faz ele, desde que é ministro, senão comprar (...) eleitores para as próximas eleições (...). E está comprando com a honestidade de um bom pagador, comprando e pagando com o dinheiro da previdência (...). A República Sindicalista, a esdrúxula república janguera, terá ganho a contento, elegendo a sua gente para a maioria governamental que fará do sr. Getúlio Vargas, amorfo e dócil homem de quase oitenta anos mal vividos, um ditador que cochila, enquanto Jango age". *Idem*, Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1953, p. 4.

disseminavam imagens extremamente negativas acerca dos dois líderes trabalhistas. No entanto, as palavras "populismo" ou "populista" não estavam no rol de acusações a Vargas e a Goulart.

Os termos "populista" e "populismo" existiam no vocabulário político entre 1945 e 1964, mas muito raramente eram utilizados. Contudo, quando eram pronunciados, tinham um significado bastante diferente deste que conhecemos hoje.⁷⁴ Lendo os noticiários políticos de diversos jornais daquela época, é curioso perceber que, nas poucas situações, quando Getúlio Vargas e João Goulart eram chamados de "populistas", nada havia de ofensivo. Ao contrário, a expressão surgia como elogiosa. Por exemplo, João Duarte Filho, nas páginas da *Tribuna da Imprensa*, escreveu: "Desde que Getúlio mascarou Jango de líder populista começou uma época de agitação dos trabalhadores" (grifos meus).⁷⁵ O sentido, aqui, não é o da transferência da demagogia e da manipulação de um para o outro, mas, sim, que Goulart teria herdado de Vargas a legitimidade política para atuar entre os trabalhadores, respondendo, assim, às suas demandas. *Última Hora*, por sua vez, jornal que apoiava Vargas, publicou um editorial (possivelmente escrito por Samuel Wainer, diz Maria Victória Benevides) defendendo, com veemência, o

⁷⁴Para a década de 1950, Francisco Weffort alega que "a paixão nacionalista pelos esquemas ideológicos generalizou-se a tal ponto, que a expressão 'populismo' chegou praticamente a desaparecer do vocabulário político desta fase, dando a impressão de haver também desaparecido o fato que pretendia designar". A afirmação carece de comprovação empírica. Insisto que a expressão não "chegou praticamente a desaparecer do vocabulário político", como defende Weffort, porque ela sequer existia antes de 1945. *Op. cit.*, p. 24.

⁷⁵*Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1953, p. 3.

papel histórico do trabalhismo e do PTB. O partido, diz o texto, sendo “instrumento político do Sr. Getúlio Vargas, segue as pegadas *populistas* do seu fundador. Para as massas obreiras, o aval que Getúlio dá ao partido basta a lhe conferir um largo crédito de confiança” (grifos meus).⁷⁶ Assim, tanto João Duarte Filho, que detestava Goulart, como Samuel Wainer, que defendia Vargas, usavam a palavra “populista” em um sentido elogioso.

Portanto, naquela época, ser um líder “populista”, tanto para os trabalhistas como para seus adversários, não descrevia um político que utilizava como recursos a manipulação, a demagogia e a mentira. A palavra tinha um outro significado do atual — talvez o oposto. A expressão, embora pouco utilizada, pode ser traduzida, na linguagem de nossos dias, no que chamamos de “líder popular”, de alguém que representa, autenticamente, os anseios políticos “populares” ou dos “movimentos populares”. Se hoje, pelo menos na sensibilidade política das esquerdas, ser um “líder popular” é algo elogioso, nos anos 50 e início dos 60, de maneira similar, surgia com meritório definir alguém como “líder populista”.

Igualmente, é curioso investigar o significado da palavra “pelego”. Na linguagem da militância de esquerda, sobretudo com as greves no ABC paulista em fins dos anos 70, tornou-se comum qualificar o movimento sindical no período anterior a 1964, e sobretudo suas ligações com o Estado e o PTB, como “pelego”. As lideranças dos trabalhadores, exatamente por se aproximarem de líderes políticos como Vargas e Goulart e for-

⁷⁶Citado in Maria Victória Benevides. *O PTB e o trabalhismo. Partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo, CEDEC/Brasiliense, 1989, p. 55.

mularem uma identidade com base no trabalhismo e no nacionalismo, passaram a merecer aquele título desqualificador. Mesmo que pesquisas mais recentes demonstrem que as coisas não eram tão simples assim, a estampa de “partido dos pelegos” marcou o PTB como uma “tatuagem de marcas profundas”, no dizer de Lucília de Almeida Neves Delgado.⁷⁷

Os “pelegos”, sindicalistas dispostos a negociação com o governo, sem dúvida, existiram. Mesmo antes de 1930, eles concorriam com anarquistas, comunistas e outras correntes. Mas foi sobretudo após 1935, com a violenta repressão ao movimento operário e sindical, que o “pelego”, dito clássico, adentrou o cenário político brasileiro. A tal ponto o movimento sindical foi desmobilizado, que, em 1942, técnicos do Ministério do Trabalho se esforçaram para formar, por meio de cursos, lideranças autênticas, visando a criar uma base de apoio a Vargas com a democratização que se vislumbrava.

Mas o que interessa aqui é perceber que o estigma de “pelego” continuou após 1945. Mesmo que o movimento sindical tivesse se modificado, principalmente em meados dos anos 50, com o surgimento de líderes que procuravam representar legitimamente sua categoria, realizando greves, formando intersindicais, politizando suas lutas e assumindo um programa de reformas, como a agrária, e a nacionalização de empresas, a marca de “pelego” continuaria. Era sobretudo a oposição liberal-conservadora, em particular a UDN, que denunciava o perigo dos sindicalistas “pelegos” para as instituições democráticas.

⁷⁷Lucília de Almeida Neves. *Op. cit.*, p. 291.

Na sensibilidade política dos grupos conservadores, qualquer líder sindical, autêntico ou fisiológico, trabalhista ou comunista, autônomo ou subserviente ao Estado, era qualificado, indistintamente, de “pelego”. Assim, já em 1945, diante do amplo apoio dos trabalhadores e de líderes sindicais ao movimento “queremista”, o *Diário da Noite*, de São Paulo, argumentou: “Está provado que o Ministério do Trabalho, através de seus agentes e por intermédio de alguns *falsos líderes sindicais*, manobra os cordéis dessa mistificação ignóbil de gordas verbas” (grifos meus).⁷⁸ Em 1953, criticando a gestão de Goulart no Ministério do Trabalho, Carlos Lacerda afirmou:

João Goulart tenta criar no Brasil uma nova CGT, do tipo Peron. Ele prepara um golpe peronista, no estilo boliviano. Não se trata do fechamento do Congresso como foi feito em 1937, e, sim, da sua dominação pela massa de manobra de um sindicalismo dirigido por “pelegos”, visando reformar a Constituição e estabelecer uma ditadura no país (grifos meus).⁷⁹

Nessa época, os jornais, quase que diariamente, apresentavam imagens bastante negativas do governo e da ameaçadora situação política do país:

“Desde que o Sr. João Goulart assumiu o Ministério do Trabalho”, afirmou o *Diário de Notícias*, “se tem acentuado o clima

⁷⁸Citado em *O Jornal*. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1945, 1ª página, 2ª seção.

⁷⁹*Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 8 de julho de 1953, 1ª página.

de agitação e exacerbação do conflito de classes, que o Sr. Getúlio Vargas diz condenar.”⁸⁰

As violentas críticas a Vargas e a Goulart, veiculadas pela imprensa, escamoteavam os verdadeiros personagens que se queriam atingir: os trabalhadores e o movimento sindical. Não foi casual, assim, que em episódios dramáticos na vida política do país, como o suicídio de Vargas, em 1954, na assim conhecida Campanha da Legalidade, em 1961, ou nos primeiros dias de abril de 1964, a primeira medida tomada pelos governos estaduais conservadores tenha sido prender líderes e dirigentes sindicais, sempre com o pretexto de resguardar a “ordem pública”.⁸¹

Para as oposições, o perigo não era necessariamente o “pelego”, mas o movimento sindical em processo de mobilização e politização crescentes. No projeto político conservador dos liberais brasileiros, não haveria espaços para a cidadania plena dos trabalhadores. No entanto, a palavra “pelego” pegou. Mesmo nos primeiros meses de 1964, quando o movimento dos trabalhadores radicalizou, a imagem do sindicalista subserviente ao Estado e corrompido pelo imposto sindical, ilegítimo e merecedor de punições, portanto, ainda surgia nas páginas da imprensa conservadora.

⁸⁰*Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1953, p. 4.

⁸¹Veja Jorge Ferreira. “O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto”. In Angela de Castro Gomes (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994, e “A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1971”. In *Tempo*. Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, nº 3. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1997.

Trata-se, como observou Fernando Lattman-Weltman com acuidade, de uma política de exclusão dos trabalhadores veiculada pela grande imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo, particularmente no tocante à questão da cidadania. Os assalariados, que aprenderam a creditar os seus direitos sociais ao regime de Vargas, em 1945 passaram igualmente a se beneficiar dos direitos políticos. A imprensa, que rejeitava o governo instaurado em 1930 por negar os primados básicos do liberalismo, como o *laissez-faire* econômico, o individualismo e as liberdades políticas fundamentais, com a democratização passou a identificar os direitos sociais dos trabalhadores, bem como os perigos de sua extensão e ampliação, como uma ameaça à ordem liberal. Segundo Lattman-Weltman, “o exercício dos direitos políticos — particularmente o voto — era, nesta versão tupiniquim do liberalismo, conspurcada pela outorga ilegítima dos direitos sociais, mercadoria privilegiada do tráfico demagógico/populista dos falsos democratas (o ex-ditador e sua ‘camarilha de golpistas, apaniguados e pelegos’). Toda uma tradição retórica se construiu através da manipulação de tais palavras — verdadeiros anátemas da época: ‘demagogo’, ‘caudilhismo’, ‘populismo’, ‘pelegos’ etc.” A política de exclusão, patrocinada pelos liberais e veiculada pela imprensa, delineou a imagem de uma “democracia impura”,⁸² ou melhor, de uma “democracia populista”.

Assim, se nos anos 40 houve a aproximação entre o histori-

⁸²Fernando Lattman-Weltman. *Cidadania e razão na imprensa escrita: retórica e prática excludente em períodos democráticos (Os anos 50 e 90)*. Belo Horizonte, Anais do XIX Simpósio Nacional de História da ANPUH, 1997, pp. 577-578.

ador e o jornalista para a configuração do populismo, na década de 50 ocorreu a segunda aproximação, agora a do sociólogo com o mesmo jornalista. Com o anteparo da teoria da modernização, o Grupo de Itatiaia, como vimos, formulou as primeiras indicações sobre o “populismo na política brasileira”.

Mas foi nos anos 60, sobretudo a partir de 1963, que a aliança se ampliou enormemente. Além da imprensa e de novos sociólogos, agora das universidades, agregaram-se os militares golpistas, a direita civil, a Igreja, os capitalistas, as classes médias conservadoras e os crentes na ortodoxia marxista-leninista. Todos, no dizer de Daniel Aarão Reis Filho, tinham contas a ajustar com o grande inimigo: o trabalhismo. E tão liquidado o queriam, que o defunto sequer teve o direito de levar seu próprio nome ao túmulo: “batizado pela sociologia paulista, foi como *populismo* que desceu os sete palmos de terra. E, assim, seria ensinado às novas gerações, nas escolas, nos quartéis e nas organizações políticas”. E, como diz o autor, “temos as contas ajustadas”.⁸³

PALAVRAS FINAIS

Após tantas trajetórias e interpretações, a noção de “populismo”, em fins dos anos 90, passou, para usar uma expressão de Angela de Castro Gomes, “de pedra a vidraça”, embora, de acordo com

⁸³Daniel Aarão Reis Filho. “Orelha” do meu livro *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*. *Op. cit.* Veja também artigo do mesmo autor nesta coletânea.

a mesma autora, ainda seja “um gato de sete vidas”.⁸⁴ Apesar das críticas crescentes e carecendo de conteúdo teórico mais consistente, a expressão passou a fazer parte da linguagem corrente da população, sedimentando-se na cultura política brasileira, seja ela popular ou erudita.

Assim, entrevistado em 1997 por um repórter, Jacob Gorender ouviu uma pergunta que, igualmente, era uma explicação para o populismo, agora em sua *terceira versão*:

Alguns estudiosos sugerem que estamos vivendo um período que poderia ser denominado “neopopulismo”, onde o poder executivo toma para si a idéia e a prática de uma acentuada personalização e autonomia, além de tentar, tal como os moldes tradicionais do populismo, harmonizar as diferentes classes sociais e capital e trabalho em torno de um compêndio comum. Nação, por exemplo.⁸⁵

Personalização e autonomia do poder executivo, conciliação de classes e ideal da Nação, eis os ingredientes do populismo de terceira geração, agora rebatizado de “neopopulismo”. Seja ele na época de Vargas ou de Fernando Henrique Cardoso, não importa, trata-se de uma verdadeira maldição na política brasileira, à qual, ao que parece, fomos condenados.

Talvez a explicação para o “populismo na política brasileira” seja bem mais simples. Em agosto de 1998, durante a campanha eleitoral para a presidência da República, Fernando

⁸⁴Angela de Castro Gomes. “O populismo...” *Op. cit.*, pp. 43 e 49.

⁸⁵*Folha da História*. Porto Alegre, novembro de 1997, nº 11, p. 8.

Henrique Cardoso, disputando a reeleição, promoveu um comício no Parque Royal, uma favela no Rio de Janeiro. Acompanhado do candidato a governador do estado pelo Partido da Frente Liberal, o presidente, após lembrar que conhecia as dificuldades dos favelados através de seus estudos sociológicos sobre a situação dos negros no sul do país, disse para aproximadamente 1.500 pessoas que assistiam ao comício: “Não adianta prometer o que não vamos fazer. Não dá para transformar todo mundo em rico, nem sei se vale a pena, porque a vida de rico em geral é muito chata.”⁸⁶

Ao final do comício, acompanhado de políticos conservadores, foi almoçar no Iate Clube. Entre coquetel de camarão e filé mignon, os cerca de 450 candidatos da coligação conservadora que o apoiou ouviram do presidente referências negativas a seus concorrentes, em particular a Luís Inácio Lula da Silva: “Se por alguma catástrofe, que não vai ocorrer, se elege um *populista*, nem ele seria capaz de fazer o que diz que vai fazer, porque o povo repudiaria imediatamente.” Mais ainda, criticou os que pregam soluções “facilitárias, mirabolantes, de *populismo barato*”. Para o presidente, “o Brasil amadureceu: não há mais

⁸⁶Os moradores do Parque Royal não gostaram do que ouviram, sobretudo porque a renda média mensal na comunidade é de 335,90 reais. Entrevistado por um repórter, o jornalista Samuel Almeida afirmou: “Fernando Henrique fala porque não está no nosso lugar, mas, com certeza, ele não ia querer ser pobre.” O desempregado Márcio da Silva, por sua vez, alegou: “Será que ele acha chato ser rico? Eu gostaria de ser atendido rapidinho no hospital, que nem acontece com os ricos.” A jovem Maria José Xavier, balconista em uma lanchonete da favela, argumentou, com certa indignação: “Se fosse rica, não estaria trabalhando aqui, mas vendo um filme ou comendo em um restaurante.” *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1998, p. 3.

caminho do passado” (grifos meus). No dia seguinte, reavaliando suas declarações na favela, Fernando Henrique declarou: “Eu sou professor, sou pobre.”⁸⁷

Mas, afinal, quem são os populistas? Difícil saber, pois depende do lugar político em que o personagem que acusa se encontra. Para os conservadores, populismo é o passado político brasileiro, são políticas públicas que garantam os direitos sociais dos trabalhadores, são modelos de economia e de sociedade que, na Europa Ocidental, ficaram conhecidos como *Estado de Bem-Estar Social*; outros, talvez, diriam que populista é aquele que, diante dos pobres, diz que ser rico é chato. O populista, portanto, é o adversário, o concorrente, o desafeto. O populista é o Outro. Trata-se de uma questão eminentemente política e, muito possivelmente, político-partidária, que poderia ser enunciada da seguinte maneira: o *meu* candidato, o *meu* partido, a *minha* proposta política não são populistas, mas o *teu* candidato, o *teu* partido e a *tua* proposta política, estes, sim, são populistas. Populista é sempre o Outro, nunca o Mesmo.

⁸⁷*Idem*, 1º de setembro de 1998, p. 9.

Populismo latino-americano em discussão

Maria Helena Rolim Capelato